



COOPERATIVA
AGROINDUSTRIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Visão Global e Estratégica



ÍNDICE

- 03** RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
- 06** BALANÇOS PATRIMONIAIS
- 08** DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
- 08** DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
- 09** DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 10** DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
- 11** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- 57** PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 58** GESTÃO 2020



KPMG Auditores Independentes

The Five East Batel

Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel

Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil

Telefone +55 (41) 3304-2500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

Lar Cooperativa Agroindustrial

Medianeira - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lar Cooperativa Agroindustrial (“Cooperativa” ou “Grupo”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lar Cooperativa Agroindustrial em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Cooperativa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das

demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar

dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de janeiro de 2021.

**KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR**



**Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	10	582.624	325.743	603.867	336.872
Aplicações financeiras		21.313	14.883	21.313	14.883
Contas a receber	11	1.523.691	1.125.497	1.927.500	1.402.154
Tributos a recuperar	12	37.151	93.128	83.939	128.030
Adiantamento a fornecedores		300.051	186.568	299.723	186.593
Instrumentos financeiros derivativos	35	1.388.787	206.393	1.388.787	206.393
Outros créditos a receber		37.630	5.516	38.894	7.897
Estoques	13	1.977.862	1.137.135	2.085.624	1.229.564
Ativo biológico	14	302.685	165.224	302.685	165.224
Total do ativo circulante		6.171.794	3.260.087	6.752.332	3.677.610
Aplicações financeiras		7.500	2.802	7.500	2.802
Contas a receber	11	102.040	89.664	147.638	98.450
Tributos a recuperar	12	168.571	138.885	179.388	138.885
Outros créditos a receber		34	33	34	34
Impostos diferidos	26	-	1.658	-	1.658
Bens disponíveis a venda		6.759	17.869	19.125	17.869
Investimentos	15	313.273	257.853	96.871	78.873
Imobilizado	16	2.366.759	1.632.859	2.450.187	1.706.713
Ativo biológico	14	89.988	75.762	89.988	75.762
Intangível	17	37.362	38.789	93.855	95.265
Total do ativo não circulante		3.092.286	2.256.174	3.084.586	2.216.311
Total Ativo		9.264.080	5.516.261	9.836.918	5.893.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Débito de associados	18	733.164	596.453	739.446	596.474
Fornecedores	19	556.864	221.221	695.944	362.105
Financiamentos	20	2.181.583	1.534.531	2.507.981	1.694.325
Obrigações sociais e tributárias	21	41.803	29.198	42.569	32.194
Obrigações com pessoal	22	102.142	76.388	103.441	77.668
Instrumentos financeiros derivativos	35	1.182.277	80.078	1.182.277	80.078
Outros débitos a pagar	23	238.660	130.182	239.511	130.180
Total do passivo circulante		5.036.493	2.668.051	5.511.169	2.973.024
Fornecedores	19	7.964	-	7.964	-
Financiamentos	20	1.719.549	1.024.171	1.817.695	1.096.844
Provisões para contingências	25	144.396	62.519	144.396	62.519
Impostos diferidos	26	19.809	-	19.809	-
Outros débitos a pagar	23	25.715	112.669	25.715	112.669
Total do passivo não circulante		1.917.433	1.199.359	2.015.579	1.272.032
Patrimônio líquido	27				
Capital social subscrito		346.450	262.850	346.466	262.863
Reserva de capital		539.312	419.609	539.312	419.609
Reserva especial		206.789	1.276	206.789	1.276
Reservas estatutárias		1.056.546	791.928	1.056.546	791.928
Ajuste de avaliação patrimonial		93.207	96.729	93.207	96.729
Hedge accounting		-	34.104	-	34.104
Sobras do exercício		67.850	42.355	67.850	42.356
Total do patrimônio líquido		2.310.154	1.648.851	2.310.170	1.648.865
Total Passivo		9.264.080	5.516.261	9.836.918	5.893.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa			Controladora		Consolidado	
		Associados	Não associados	2020	2019	2020	2019
Ingressos e receitas operacional líquidas	28	7.972.177	2.558.003	10.530.180	6.695.818	11.281.094	7.362.936
(-) Dispêndios e custos das vendas	29	(6.192.846)	(1.931.531)	(8.124.378)	(5.395.221)	(8.743.993)	(5.972.596)
Sobra e lucro bruto operacional		1.779.331	626.472	2.405.802	1.300.597	2.537.101	1.390.340
Dispêndios e despesas		(1.068.889)	(377.563)	(1.446.451)	(886.908)	(1.580.776)	(993.628)
Dispêndio e despesas com vendas	30	(450.552)	(132.129)	(582.681)	(460.312)	(666.590)	(507.957)
Dispêndio e despesas operacionais	31	(227.280)	(101.761)	(329.041)	(271.501)	(370.953)	(308.116)
Dispêndio e despesas com pessoal	32	(85.048)	(52.471)	(137.519)	(118.991)	(153.617)	(130.617)
Dispêndio e despesas com conselho administrativo e fiscal		(2.700)	(877)	(3.577)	(3.397)	(3.577)	(3.397)
Dispêndio e despesas tributárias	33	(9.869)	(3.877)	(13.746)	(80.549)	(13.759)	(80.557)
Perda esperada do contas a receber		(1.022)	(208)	(1.230)	(12.555)	(2.817)	(12.555)
Outros dispêndios e ingressos operacionais		(292.418)	(86.240)	(378.657)	60.397	(369.463)	49.571
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		710.442	248.909	959.351	413.689	956.325	396.712
Resultado financeiro		(149.692)	(39.012)	(188.704)	(173.765)	(171.002)	(154.376)
Ingressos e receitas financeiras	34	166.530	59.181	225.711	81.602	276.316	118.242
(-) Dispêndios e despesas financeiras	34	(316.222)	(98.193)	(414.415)	(255.367)	(447.318)	(272.618)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		560.750	209.897	770.647	239.924	785.323	242.336
Resultado da equivalência patrimonial		9.567	3.107	12.673	-	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		570.316	213.004	783.320	239.924	785.323	242.336
Tributos sobre os lucros		-	(65.446)	(65.446)	(9.134)	(67.449)	(11.546)
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	(43.979)	(43.979)	(10.792)	(45.982)	(13.204)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	(21.467)	(21.467)	1.658	(21.467)	1.658
Sobra e lucro líquido do exercício		570.316	147.558	717.874	230.790	717.874	230.790

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhas de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício		717.874	230.790	717.874	230.790
<i>Hedge accounting</i>	35	-	34.104	-	34.104
Resultado abrangente do exercício		717.874	264.894	717.874	264.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros							Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva estatutária	Reserva especial	Ajuste de avaliação patrimonial	Hedge accounting	Sobras líquidas	
Saldos em 1º de janeiro de 2019	216.248	353.913	659.796	1.283	97.421	-	15.672	1.344.333
Aumento de capital								
Novos sócios	150	-	-	-	-	-	-	150
Redução de capital								
Capital devolvido	(6.754)	-	-	-	-	-	-	(6.754)
Transferência para capital a restituir	(2.097)	-	-	-	-	-	-	(2.097)
Cotas parte Procap/Agro - parcela 2019	(8.230)	-	-	-	-	-	-	(8.230)
Sobras distribuídas de 2018	-	-	-	-	-	-	(15.672)	(15.672)
Sobras/lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	230.790	230.790
Destinações								
Fundo de reserva legal - retenção de capital não reclamado	-	-	66	-	-	-	-	66
Aumento de investimentos em cooperativas não distribuídos	-	-	3.126	-	-	-	-	3.126
Fates - resultado com terceiros Cotriguaçu	-	-	4.315	-	-	-	-	4.315
Doações e subvenções para investimentos	-	65.696	-	-	-	-	-	65.696
Realização de reserva especial Lei 8200/91	-	-	-	(7)	-	-	-	(7)
Fundo de reserva legal - ajuste equivalência patrimonial	-	-	(277)	-	-	-	-	(277)
Realização da reavaliação	-	-	-	-	(690)	-	-	(690)
Realização ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)
Hedge accounting	-	-	-	-	-	34.104	-	34.104
Distribuição do resultado								
Aumento do Fates resultado com terceiros	-	-	19.014	-	-	-	(19.014)	-
Aumento do Fates - 5 %	-	-	10.589	-	-	-	(10.589)	-
Fundo de reserva legal - 45 %	-	-	95.299	-	-	-	(95.299)	-
Fundo para aumento de capital - 30 %	63.533	-	-	-	-	-	(63.533)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	262.850	419.609	791.928	1.276	96.729	34.104	42.355	1.648.851
Aumento de capital								
Novos sócios	251	-	-	-	-	-	-	251
Redução de capital								
Capital devolvido	(9.037)	-	-	-	-	-	-	(9.037)
Transferência para capital a restituir	(1.310)	-	-	-	-	-	-	(1.310)
Cotas parte Procap/Agro - parcela 2020	(8.078)	-	-	-	-	-	-	(8.078)
Sobras distribuídas de 2019	-	-	-	-	-	-	(42.355)	(42.355)
Sobras/lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	717.874	717.874
Destinações								
Fates - resultado com terceiros Cotriguaçu	-	-	5.096	-	-	-	-	5.096
Doações e subvenções para investimentos	-	(126)	-	-	-	-	-	(126)
Realização de reserva especial Lei 8200/91	-	-	-	1	-	-	-	1
Fundo de reserva legal - ajuste equivalência patrimonial	-	-	36.613	-	-	-	-	36.613
Realização da reavaliação	-	-	-	-	(656)	-	-	(656)
Realização ajuste avaliação patrimonial	-	-	-	-	(2.866)	-	-	(2.866)
Hedge accounting	-	-	-	-	-	(34.104)	-	(34.104)
Distribuição do resultado								
Subvenções governamentais	-	119.829	-	-	-	-	(119.829)	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	12.673	-	-	-	(12.673)	-
Reserva especial 2020	-	-	-	205.512	-	-	(205.512)	-
Aumento do Fates resultado com terceiros	-	-	40.613	-	-	-	(40.613)	-
Aumento do Fates - 5 %	-	-	16.962	-	-	-	(16.962)	-
Fundo de reserva legal - 45 %	-	-	152.661	-	-	-	(152.661)	-
Fundo para aumento de capital - 30 %	101.774	-	-	-	-	-	(101.774)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	346.450	539.312	1.056.546	206.789	93.207	-	67.850	2.310.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		717.874	230.790	717.874	230.790
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	29 e 31	199.722	169.102	206.922	175.624
Resultado na alienação de imobilizado		190.213	31.115	208.205	31.093
Perda esperada do contas a receber	11	1.230	12.555	2.817	11.485
Provisão para deságio de ICMS	12	11.103	76.787	11.103	76.787
Provisão para contingências	25	81.877	62.519	81.877	62.519
Instrumentos financeiros derivativos	35	(114.299)	(72.527)	(114.299)	(72.527)
Juros provisionados e não pagos	20	176.915	163.920	176.915	163.920
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	21.467	(1.658)	21.467	(1.658)
Resultado da equivalência patrimonial		12.673	-	-	-
		<u>1.298.775</u>	<u>672.603</u>	<u>1.312.881</u>	<u>678.033</u>
Variações nos ativos e passivos					
Aplicações financeiras		(11.128)	(2.108)	(11.128)	(2.108)
Contas a receber	11	(411.800)	(128.815)	(577.351)	(212.243)
Tributos a recuperar	12	15.188	75.173	(14.691)	73.151
Adiantamento a fornecedores		(113.483)	(44.251)	(113.130)	502
Estoques e biológico	13 e 14	(978.188)	(39.100)	(993.521)	(53.508)
Outros ativos		(32.115)	5.614	(30.997)	6.952
Débito de associados	18	136.711	(207.233)	142.972	(207.210)
Fornecedores	19	93.607	52.770	91.803	72.046
Obrigações sociais e tributárias	21	56.584	27.610	56.357	28.501
Obrigações com pessoal	22	25.754	33.941	25.773	35.091
Outros débitos a pagar	23	21.523	59.876	22.376	51.664
		<u>(1.197.347)</u>	<u>(166.523)</u>	<u>(1.401.537)</u>	<u>(207.162)</u>
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	20	(177.787)	(152.328)	(177.787)	(152.328)
Impostos pagos sobre os lucros	26	(43.979)	(10.792)	(45.982)	(10.792)
		<u>(120.338)</u>	<u>342.960</u>	<u>(312.425)</u>	<u>307.751</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente (usado) nas atividades operacionais					
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Perda com investimento		-	23.003	-	22.739
Aquisição de ativo imobilizado	16	(791.521)	(315.837)	(794.741)	(332.301)
Aquisição de ativo intangível	17	(5.365)	(93.492)	(5.365)	(93.493)
Aquisição de ativo biológico	14	(89.747)	(77.041)	(89.747)	(77.041)
Acréscimo de investimento		(30.031)	-	(17.998)	-
Acrescimento imóveis para revenda		(330)	(268)	(330)	(268)
Baixa imóveis para revenda		11.440	3.744	11.440	6.466
		<u>(905.554)</u>	<u>(459.891)</u>	<u>(896.741)</u>	<u>(473.898)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Financiamentos bancários tomados	20	3.430.787	1.431.184	3.622.865	1.445.517
Financiamentos bancários - capital amortizado	20	(2.087.485)	(1.443.679)	(2.087.485)	(1.443.679)
Aumento capital novos sócios	27.a	251	150	251	150
Baixa de capital de sócios	27.a	(10.347)	(6.754)	(9.037)	(6.754)
Traferência cotas parte procap	27.a	(8.078)	(8.231)	(8.078)	(8.230)
Pagamento de sobras	27.b	(42.355)	(15.672)	(42.355)	(15.672)
		<u>1.282.773</u>	<u>(43.002)</u>	<u>1.476.161</u>	<u>(28.668)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento					
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10	325.743	485.676	336.872	531.687
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro					
	10	<u>582.624</u>	<u>325.743</u>	<u>603.867</u>	<u>336.872</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Lar Cooperativa Agroindustrial (“Cooperativa”, “Cooperativa e suas controladas” ou “Grupo”), com sede na Avenida 24 de Outubro, nº 59 na cidade de Medianeira - PR, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, que tem como objetivo social a congregação dos seus sócios para exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país.

A sociedade possui uma estrutura própria de recebimento, secagem, armazenamento de cereais, lojas de insumos e atendimento, composta por 77 (setenta e sete) unidades, 11 (onze) indústrias, uma rede de 15 (quinze) supermercados, 01 (uma) unidade produtora de matrizes de suínos, 01 (uma) unidade de recria de aves, 03 (três) unidades produtoras de desmamados, 01 (uma) unidade incubadora de ovos, 01 (uma) unidade de produção de pintainhos, 01 (uma) unidade de beneficiamento de sementes, 02 (duas) unidades produtoras de leitões, 07 (sete) postos de combustíveis, 01 (uma) unidade de tratamento de madeira, 01 (uma) central de inseminação de suínos, 01 (uma) unidade de recria de novilhas e 01 (uma) unidade tecnológica.

2 Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Cooperativa e suas controladas, conforme lista abaixo:

	País	Participação acionária em %	
		2020	2019
Lar Transportes Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Lar S.R.L (participação indireta)	Paraguai	99,99	99,99
Lar Trading Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	100	100

Lar Transportes Ltda.

A Lar Transportes Ltda. está sediada na Avenida Brasília, nº 540 - Centro, no município de Medianeira, Estado do Paraná, e tem por objeto social o transporte rodoviário de carga e mudanças, assim como serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores. A Lar Transportes Ltda. possui 99,99% das cotas da Lar S.R.L.

Lar S.R.L.

A Lar S.R.L. está sediada na cidade de Hernandarias – Alto Paraná, no Paraguai, tem como objeto social o comércio, transporte, representação, importação e exportação de cereais, fertilizantes, lubrificantes, inseticidas, herbicidas e produtos alimentícios, entre outros.

Lar Trading Corporation

A Lar Trading Corporation está sediada nas Ilhas Virgens Britânicas como uma Sociedade Comercial Internacional e tem como objetivo a intermediação da Lar Cooperativa no exterior como uma das formas de comercialização de produtos agrícolas e industriais no mercado internacional.

2.1 Aquisição de negócios

Intercooperação Cooperativa Agroindustrial Copagrill e Lar Cooperativa Agroindustrial - aquisição da unidade industrial de aves e unidade industrial de rações

Em dezembro de 2020, a Lar Cooperativa Agroindustrial realizou uma Aliança Estratégica de Intercooperação com a Cooperativa Agroindustrial Copagrill, adquirindo dessa a unidade industrial de aves, localizada na cidade de Marechal Cândido Rondon, e a unidade industrial de rações, localizada na cidade de Entre Rios Do Oeste. Esta aliança possibilita aos associados da Copagrill a manutenção e crescimento da atividade avícola, haja visto que, o fornecimento das aves é mantido pela Copagrill e a industrialização da produção é operacionalizada pela Lar Cooperativa Agroindustrial.

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A contraprestação transferida total foi de R\$ 400.000, sendo pago R\$ 150.000 no exercício de 2020 e R\$ 250.000 será pago em 2021, e que deste saldo R\$ 5.000 foi retido pela Cooperativa para eventual pagamento de obrigações relativa a contingências. O reconhecimento inicial da operação ocorreu na rubrica de imobilizado,

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A contraprestação transferida total foi de R\$ 400.000, sendo pago R\$ 150.000 no exercício de 2020 e R\$ 250.000 será pago em 2021, e que deste saldo R\$ 5.000 foi retido pela Cooperativa para eventual pagamento de obrigações relativa a contingências. O reconhecimento inicial da operação ocorreu na rubrica de imobilizado, no subgrupo de “imobilizações em andamento”. Tais valores estão baseados em informações e análises preliminares realizadas pela administração. Durante o período de mensuração, que não pode exceder a um ano da data de aquisição, os valores provisórios reconhecidos em 31 de dezembro de 2020 podem sofrer alterações para refletir qualquer nova informação obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Eventuais ajustes, se existirem, serão reconhecidas retrospectivamente, assim como requer o CPC 15 – Combinação de negócios, em seu item 45.

Unidade industrial de aves – adquirida da “Kaefer”

Em janeiro de 2019, a Lar Cooperativa Agroindustrial adquiriu a unidade industrial de aves da Massa Falida de Chapecó Companhia Industrial de Alimentos e os ativos da planta de abate da Kaefer Agroindustrial Ltda. e da Globoaves São Paulo Agroavícola Ltda. (em conjunto “Kaefer”).

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	<u>2019</u>
Equipamentos de informática	21
Máquinas e equipamentos	57.979
Móveis e utensílios	1.689
Instalações	3.211
Veículos	223
Edificações	65.030
Terrenos	16.740
Habilitações de exportações	17.733
Carteira de clientes	170
	<u>162.796</u>

Ágio

A aquisição da unidade industrial de aves adquirida da Massa Falida da Chapecó na cidade de Cascavel – PR, gerou um ágio proveniente da diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Investimento” nas demonstrações financeiras individuais e como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio reconhecido como resultado desta aquisição foi determinado conforme segue:

	2019
Contraprestação transferida	219.251
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	<u>(162.796)</u>
Ágio	<u>56.455</u>

A contraprestação transferida total foi de R\$ 219.251, sendo que deste saldo R\$ 12.000 foi retido pela Cooperativa para eventual pagamento de obrigações relativa a contingências. O saldo remanescente ainda não utilizado desta provisão encontra-se demonstrado na nota explicativa 25.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lar Cooperativa Agroindustrial foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e disposições específicas aplicáveis às

sociedades cooperativas contidas na Lei nº 5.764/71, bem como nas interpretações técnicas contidas no ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Cooperativa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, ingressos e receitas, dispêndios e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa 8(p) – prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação e na nota explicativa 2.1 – definição de combinação de negócio e valores provisórios reconhecidos em 31 de dezembro de 2020.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material dos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 11 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa 16 – vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa 17 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 14 - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 35 – determinação de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos;
- Notas explicativas 25 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Notas explicativas 26 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.1 – aquisição de negócios;
- Nota explicativa 13 – estoques;
- Nota explicativa 14 – ativo biológico; e
- Nota explicativa 35 – instrumentos financeiros.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo aplicou a Definição de um Negócio (Alterações ao CPC 15) às combinações de negócios cujas datas de aquisição ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para avaliar se havia adquirido um negócio ou um grupo de ativos. Os detalhes das políticas contábeis estão apresentados na nota explicativa 8. Consulte também a nota explicativa 2.1 para detalhes das aquisições de negócios do Grupo durante o ano.

O Grupo aplicou as alterações da reforma da taxa de juros de referência retrospectivamente às relações de *hedging* que existiam em 1º de janeiro de 2020 ou foram designadas posteriormente e que são diretamente afetadas pela reforma da taxa de juros de referência. Estas alterações também se aplicam ao ganho ou perda acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa existente em 1º de janeiro de 2020. Os detalhes das políticas contábeis encontram-se divulgados na nota explicativa 8. Veja também a nota explicativa 35 para divulgações relacionadas sobre riscos e contabilidade de hedge.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, estoque de produtos agrícolas e ativos biológicos que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo.

8 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios

apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em sociedades não-cooperativas foram contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Investimentos em entidades Cooperativas contabilizados pelo método de custo

Os investimentos do Grupo em sociedades cooperativas foram avaliados pelo custo de aquisição e refletem o valor de realização do investimento, conforme requerido pelo ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cooperativa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, pela

taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Receita com clientes

As informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas à receita com clientes são fornecidas na nota explicativa 28.

d. Obrigações com associados e fornecedores

São originadas por aquisições de bens ou serviços no exercício das atividades operacionais e reconhecidas aos valores de negociação. Os produtos ainda não fixados estão provisionados pelo preço de compra praticado pelo Grupo na data das demonstrações financeiras.

e. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Ingressos e receitas operacional líquidas” para as subvenções da Lei Brandão e Termo de acordo 1.265/2020 – MS, e em ‘Outros dispêndios e ingressos operacionais’ para as subvenções do Paraná Competitivo, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

g. Receita financeira e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial ativa, juros recebidos e descontos obtidos que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com descontos concedidos, variação cambial passiva e despesas com juros de empréstimos e financiamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício decorrente das operações com não cooperados. O resultado das operações com cooperados não são tributáveis para fins de

imposto de renda e contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

j. Estoques

Os insumos e mercadorias para revenda (supermercados, postos e farmácia veterinária) foram avaliados pelo método de custo de aquisição, líquidos de seus impostos recuperáveis, não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas foram avaliados pelo valor de mercado, considerando o preço de fechamento no encerramento do exercício, líquidos de seus impostos recuperáveis não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas a fixar foram avaliados pelo valor de mercado considerando o preço de fechamento do exercício.

Os produtos industriais foram avaliados pelo custo médio de produção, líquido dos impostos recuperáveis, não excedendo o valor realizável líquido.

As matérias-primas, materiais secundários e almoxarifados foram avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo seu valor realizável líquido.

k. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Prédios e benfeitorias	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Ferramentas	10 anos
Instalações	10 anos
Pátios e instalações	10 anos
Poços artesianos	25 anos
Equipamentos contra incêndio	10 anos
Instalações hidráulicas	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

l. Ativos intangíveis e ágio

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Ágio

O ágio decorre da incorporação da planta de industrial frigorífica de abate de aves adquirida da Massa Falida da Chapecó na cidade de Cascavel – PR, conhecida agora pelo nome de Unidade Industrial de Aves 2 – UIA 2, mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Carteira de clientes

Refere-se a relacionamento com cliente, têm vidas úteis finitas, e foi gerado na incorporação da planta de industrial frigorífica de abate de aves adquirida da Massa Falida da Chapecó na cidade de Cascavel – PR.

Habilitações

Refere-se à habilitações para exportação, principalmente para China e países da Europa. Essas estão atreladas à incorporação da planta frigorífica de Cascavel. Não há vida útil definida para esses intangíveis.

Marcas e patentes

As marcas e patentes possuem vida útil definida e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (softwares) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio de marcas e patentes não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Softwares	5 anos
Carteira de clientes	3 meses
Fundo de comércio	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

m. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa

do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a

contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

Hedges de investimentos líquidos

Quando um instrumento derivativo ou um passivo financeiro não derivativo forem designados como um instrumento de *hedge* para proteger um investimento líquido em uma operação estrangeira, a porção efetiva para um derivativo de mudanças no valor justo do instrumento de *hedge* ou, para um instrumento não derivativo, os ganhos e perdas cambiais, é reconhecida em ORA e apresentada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo ou dos ganhos e perdas cambiais sobre os instrumentos não derivativos é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido em ORA é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação quando da alienação da operação estrangeira.

n. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e associados são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes e associados, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

o. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

p. Arrendamentos

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

q. Segregação do resultado com associados e terceiros

As sobras e os resultados são segregados de acordo com atos praticados pelos associados e não associados e apropriados em contas contábeis individualizadas. Havendo impossibilidade de apropriação direta de tais valores por serem comuns aos atos cooperados e não cooperados, estes são rateados proporcionalmente conforme critérios estabelecidos pela Cooperativa. Para efeito de sobras seguem os critérios utilizados para rateio do ato cooperativo e não cooperativo:

- Para produtos agrícolas, pecuários e industriais, a proporcionalidade de aquisições dos produtos de associados e não associados; e
- Para insumos, a proporcionalidade das vendas efetuadas a associados e não associados.

r. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5(b)). Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se ao Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de *hedge*.

(i) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

(ii) Contabilidade de hedge

As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de *hedge* nas seguintes áreas:

Permitir a alteração da designação de uma relação de *hedge* para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma.

Quando um item objeto de *hedge* em um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge* de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de *hedge* estão determinados.

Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de *hedge* e um item do grupo é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de *hedge* são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de *hedge*.

Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação.

(iii) Divulgação

As alterações exigirão que o Grupo divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.

(iv) Transição

O Grupo planeja aplicar as alterações a partir de 1 de Janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	34.985	25.030	56.228	36.117
Moeda estrangeira a converter	41.877	15.521	41.877	15.521
Numerário em trânsito	1.690	1.982	1.690	2.024
Aplicações financeiras	504.072	283.210	504.072	283.210
	<u>582.624</u>	<u>325.743</u>	<u>603.867</u>	<u>336.872</u>

As aplicações financeiras são de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e debêntures remuneradas a taxa média de 95,48% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,50% em 2019).

Moeda estrangeira a converter referem-se a valores recebidos em moeda estrangeira, porém com fechamento de câmbio ainda não realizado.

11 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Crédito de associados				
Títulos a receber	644.237	570.026	644.239	570.026
Contratos de permuta	118.673	108.245	118.673	108.245
Cotas parte - Procap	7.908	15.986	7.908	15.986
Outros	10.465	8.720	10.465	8.720
(-) Perda esperada do contas a receber	(15.747)	(14.363)	(15.747)	(14.363)
Crédito de não associados				
Títulos a receber	123.945	79.939	169.542	88.726
Outros	1.351	704	1.351	703
(-) Perda esperada do contas a receber	(5.263)	(4.888)	(5.263)	(4.888)
Clientes				
Títulos a receber	741.037	452.196	1.146.797	729.218
(-) Perda esperada do contas a receber	(875)	(1.404)	(2.827)	(1.769)
	<u>1.625.731</u>	<u>1.215.161</u>	<u>2.075.138</u>	<u>1.500.604</u>
Circulante	1.523.691	1.125.497	1.927.500	1.402.154
Não circulante	102.040	89.664	147.638	98.450

A perda esperada do contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de associados, não associados e clientes. A perda esperada do contas a receber é calculada com base na avaliação individual da situação de cada associado ou terceiro, considerando as informações históricas de pagamento para realizar a provisão sobre os saldos a vencer bem como análise dos saldos vencidos existentes na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração também as garantias fornecidas. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial em 1º de janeiro	20.655	8.100	21.020	9.535
(+) Constituição	9.355	12.555	10.942	11.485
(-) Reversão	(8.125)	-	(8.125)	-
Saldo final em 31 de dezembro	<u>21.885</u>	<u>20.655</u>	<u>23.837</u>	<u>21.020</u>
Circulante	11.042	9.254	12.994	9.619
Não circulante	10.843	11.401	10.843	11.401

A composição por vencimento (*aging list*) dos créditos de associados, não associados e clientes está apresentado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	1.615.708	1.203.965	2.055.760	1.471.891
Vencidos até 30 dias	11.839	4.505	19.948	4.495
Vencidos de 31 a 60 dias	1.606	3.444	1.760	7.862
Vencidos de 61 a 90 dias	77	2.114	453	2.539
Vencidos de 91 a 120 dias	1.411	6.624	1.932	9.305
Vencidos de 121 a 180 dias	3.642	82	4.289	5.605
Vencidos há mais de 180 dias	13.333	15.082	14.833	19.927
	<u>1.647.616</u>	<u>1.235.816</u>	<u>2.098.975</u>	<u>1.521.624</u>

12 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS a recuperar	187.252	166.172	243.902	197.581
PIS e COFINS	18.125	65.456	18.125	65.456
Outros	345	385	1.300	3.878
	<u>205.722</u>	<u>232.013</u>	<u>263.327</u>	<u>266.915</u>
Circulante	37.151	93.128	83.939	128.030
Não circulante	168.571	138.885	179.388	138.885

Os saldos de ICMS a recuperar são provenientes das transações normais do Grupo, os quais foram registrados pelo seu valor líquido de realização. Para a parcela dos saldos em que a expectativa de compensação com impostos a pagar futuros é remota, o Grupo constituiu provisão para perdas na realização com base no percentual de deságio esperado na venda dos respectivos créditos. A provisão de deságio contabilizada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, individual e consolidada, foi de R\$ 87.111 (R\$ 76.787 em 2019).

13 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Estoque de produtos agrícolas (i)	734.578	450.986	762.271	467.519
Estoque de bens de fornecimento (ii)	481.566	361.457	555.141	414.469
Estoque a fixar (iii)	439.626	150.798	445.350	150.798
Estoque de produto acabado	152.706	75.763	152.706	75.763
Estoque de almoxarifado	65.667	37.494	66.437	38.013
Estoque de matéria prima	63.470	31.648	63.470	31.648
Estoque de supermercado	17.613	16.753	17.613	16.753
Estoque de produtos pecuários	15.338	11.806	15.338	11.806
Estoque em trânsito	7.298	430	7.298	22.795
	<u>1.977.862</u>	<u>1.137.135</u>	<u>2.085.624</u>	<u>1.229.564</u>

(i) Refere-se a estoques de *commodities*, essencialmente adquiridos com a finalidade de venda no futuro próximo e gerar resultados com base nas variações de preços ou na margem dos operadores. Tais estoques são valorizados ao valor justo menos o custo de vendas.

(ii) Refere-se a insumos agrícolas diversos, tais como sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, entre outros.

- (iii) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar e foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de passivo, mensurados ao valor justo.

14 Ativo biológico

Os saldos contábeis dos ativos biológicos no ativo circulante e no ativo não circulante estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos biológicos em formação				
Aves	155.339	74.689	155.339	74.689
Suínos	144.490	84.016	144.490	84.016
Novilhas	-	2.037	-	2.037
Ovos férteis	2.856	4.482	2.856	4.482
Circulante	302.685	165.224	302.685	165.224
Aves matrizes	90.336	70.067	90.336	70.067
Suínos matrizes	15.707	11.759	15.707	11.759
Florestas	13.208	14.390	13.208	14.390
Outros	7.284	5.168	7.284	5.168
(-) Amortização	(36.547)	(25.622)	(36.547)	(25.622)
Não circulante	89.988	75.762	89.988	75.762

Ativos biológicos em formação

Os ativos biológicos em formação referem-se, substancialmente, a aves e suínos cujo período de formação é de, aproximadamente, 45 dias e 180 dias, respectivamente, e serão utilizados para o abate e produção de carnes. A Administração considerou que em função de seu curto ciclo de formação, assim como pela inexistência de mercado ativo próprio, o seu custo representa, substancialmente, o valor justo destes ativos biológicos neste estágio de formação.

Matrizes

Os ativos biológicos de matrizes de aves e suínos têm vida útil de 65 semanas e 24 meses, respectivamente. Como parte do processo de determinação do valor justo, a Administração considerou os seguintes elementos: a) curto período de tempo de formação; b) a ausência de mercado ativo para as matrizes; e c) o fato de que a sua venda não representa o negócio principal do Grupo, as quais são realizadas com o principal propósito de recuperar custos. Com base nestes elementos, na avaliação do Grupo, o valor justo de tais ativos biológicos, não apresentaram variações significativas em relação ao custo de aquisição/formação e está representado por seu custo de formação, considerando o curto ciclo de vida dos animais.

Florestas

No que se refere ao valor justo das florestas, para a determinação do valor justo, a Administração considerou que a totalidade da madeira proveniente das florestas é utilizada como insumo para a produção de *pallets* e lenha utilizada integralmente para consumo interno. Desta forma, o valor justo da floresta, está, substancialmente, representado por seu custo de formação.

15 Investimentos

Em entidades cooperativas	Participação	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Frimesa Cooperativa Central	24,43%	51.110	38.895	51.110	38.895
Cotriguaçu Cooperativa Central	23,93%	41.624	36.528	41.624	36.528
Cooperativa Sicredi Vanguarda	2,35%	3.574	3.264	3.589	3.278
Sicredi – MS		81	67	81	67
Cergrand – MS		63	56	63	56
Cerme		17	17	17	17
Sicredi – Aliança		10	-	10	-
Sicredi – SC		2	2	2	2
Cresol Costa Oeste		1	-	1	-
Outros investimentos		318	-	374	30
Ágio gerado na aquisição (i)		56.455	56.455	-	-
		<u>153.255</u>	<u>135.284</u>	<u>96.871</u>	<u>78.873</u>
Em entidades controladas					
Lar Transportes Ltda.	99,99%	159.973	122.537	-	-
Lar Trading Corporation	99,99%	45	32	-	-
		<u>160.018</u>	<u>122.569</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos investimentos		<u>313.273</u>	<u>257.853</u>	<u>96.871</u>	<u>78.873</u>

(i) Refere-se ao ágio gerado na aquisição da unidade industrial de aves da Kaefer, conforme nota explicativa 2.1 e nota explicativa 17.

Os investimentos em sociedades cooperativas estão avaliados pelo custo de aquisição.

Os investimentos em outras entidades não cooperativas, Lar Transportes Ltda. e Lar Trading Corporation, foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os ganhos / perdas foram reconhecidos no resultado do exercício no montante de R\$ 12.673. O restante da variação dos investimentos em entidades não cooperativas no montante de R\$ 24.776 refere-se a variação cambial decorrente de ajuste de conversão dos respectivos investimentos no exterior.

16 Imobilizado

a. Composição do saldo

	Controladora					
	2020			2019		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	232.491	-	232.491	212.218	-	212.218
Prédios e benfeitorias	985.156	(293.805)	691.351	975.753	(259.421)	716.332
Máquinas e equipamentos	800.533	(389.150)	411.383	805.799	(332.676)	473.123
Móveis e utensílios	39.135	(22.315)	16.820	35.889	(19.893)	15.996
Veículos	156.343	(80.957)	75.386	125.971	(75.042)	50.929
Equipamentos de informática	18.279	(11.955)	6.324	14.587	(10.241)	4.346
Ferramentas	44	(41)	3	48	(42)	6
Instalações	48.136	(19.583)	28.553	56.509	(16.705)	39.804
Pátios e estacionamentos	44.754	(11.775)	32.979	35.033	(8.654)	26.379
Poços artesanais	4.440	(1.385)	3.055	4.579	(1.363)	3.216
Equipamentos contra incêndios	7.737	(2.152)	5.585	6.497	(1.422)	5.075
Instalações hidráulicas	509	(509)	-	509	(509)	-
Imobilizações em andamento (i)	862.829	-	862.829	85.435	-	85.435
	<u>3.200.386</u>	<u>(833.627)</u>	<u>2.366.759</u>	<u>2.358.827</u>	<u>(725.968)</u>	<u>1.632.859</u>

	Consolidado					
	2020			2019		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	249.039	-	249.039	225.140	-	225.140
Prédios e benfeitorias	1.029.674	(305.993)	723.681	1.013.491	(268.174)	745.317
Máquinas e equipamentos	868.650	(426.393)	442.257	863.208	(361.546)	501.662
Móveis e utensílios	40.384	(23.007)	17.377	36.900	(20.412)	16.488
Veículos	165.571	(87.405)	78.166	134.033	(80.599)	53.434
Equipamentos de informática	19.365	(12.814)	6.551	15.443	(10.849)	4.594
Ferramentas	44	(41)	3	48	(42)	6
Instalações	48.529	(19.888)	28.641	56.843	(16.876)	39.967
Pátios e estacionamentos	44.754	(11.775)	32.979	35.033	(8.654)	26.379
Poços artesanais	4.440	(1.385)	3.055	4.579	(1.363)	3.216
Equipamentos contra incêndios	7.737	(2.152)	5.585	6.497	(1.422)	5.075
Instalações hidráulicas	509	(509)	-	509	(509)	-
Imobilizações em andamento (i)	862.853	-	862.853	85.435	-	85.435
	<u>3.341.549</u>	<u>(891.362)</u>	<u>2.450.187</u>	<u>2.477.159</u>	<u>(770.446)</u>	<u>1.706.713</u>

(i) Parte substancial das imobilizações em andamento adicionadas no exercício refere-se aos ativos adquiridos por meio de contrato de compra e venda de ativos da Copagril em dezembro de 2020, conforme descrito na nota explicativa 2.1.

b. Movimentação do custo

2020					
	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Controladora					
Terrenos	212.218	22.161	(1.888)	-	232.491
Prédios e benfeitorias	975.753	162	(5.742)	14.983	985.156
Máquinas e equipamentos	805.799	6.864	(4.867)	(7.263)	800.533
Móveis e utensílios	35.889	2.713	(457)	990	39.135
Veículos	125.971	43.002	(13.535)	905	156.343
Equipamentos de informática	14.587	3.869	(182)	5	18.279
Ferramentas	48	-	(4)	-	44
Instalações	56.509	12	(8.633)	248	48.136
Pátios e estacionamentos	35.033	-	(941)	10.662	44.754
Poços artesianos	4.579	-	(202)	63	4.440
Equipamentos contra incêndios	6.497	-	-	1.240	7.737
Instalações hidráulicas	509	-	-	-	509
Imobilizações em andamento	85.435	962.738	(163.511)	(21.833)	862.829
	<u>2.358.827</u>	<u>1.041.521</u>	<u>(199.962)</u>	<u>-</u>	<u>3.200.386</u>

2019					
	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Controladora					
Terrenos	198.222	19.916	(1.249)	(4.671)	212.218
Prédios e benfeitorias	799.655	65.030	-	111.068	975.753
Máquinas e equipamentos	765.286	62.425	(8.002)	(13.910)	805.799
Móveis e utensílios	30.591	3.645	(248)	1.901	35.889
Veículos	95.063	34.763	(3.900)	45	125.971
Equipamentos de informática	14.063	1.100	(613)	37	14.587
Ferramentas	60	-	(12)	-	48
Instalações	27.055	3.884	-	25.570	56.509
Pátios e estacionamentos	24.419	-	-	10.614	35.033
Poços artesianos	4.469	-	-	110	4.579
Equipamentos contra incêndios	5.950	-	-	547	6.497
Instalações hidráulicas	509	-	-	-	509
Imobilizações em andamento	115.470	125.076	(23.800)	(131.311)	85.435
	<u>2.080.812</u>	<u>315.839</u>	<u>(37.824)</u>	<u>-</u>	<u>2.358.827</u>

c. Movimentação da depreciação

	2020				
	Saldo em 1º de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Controladora					
Prédios e benfeitorias	(259.421)	(36.338)	2.764	(810)	(293.805)
Máquinas e equipamentos	(332.676)	(64.288)	6.841	973	(389.150)
Móveis e utensílios	(19.893)	(2.724)	350	(48)	(22.315)
Veículos	(75.042)	(18.838)	12.935	(12)	(80.957)
Equipamentos de informática	(10.241)	(1.867)	151	2	(11.955)
Ferramentas	(42)	(3)	3	1	(41)
Instalações	(16.705)	(3.959)	1.171	(90)	(19.583)
Pátios e estacionamentos	(8.654)	(3.327)	206	-	(11.775)
Poços artesianos	(1.363)	(179)	183	(26)	(1.385)
Equipamentos contra incêndios	(1.422)	(740)	-	10	(2.152)
Instalações hidráulicas	(509)	-	-	-	(509)
	<u>(725.968)</u>	<u>(132.263)</u>	<u>24.604</u>	<u>-</u>	<u>(833.627)</u>

	2019				
	Saldo em 1º de janeiro de 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2019
Controladora					
Prédios e benfeitorias	(224.445)	(34.674)	-	(302)	(259.421)
Máquinas e equipamentos	(272.743)	(62.700)	2.031	736	(332.676)
Móveis e utensílios	(16.730)	(3.001)	193	(355)	(19.893)
Veículos	(68.495)	(10.461)	3.892	22	(75.042)
Equipamentos de informática	(9.363)	(1.472)	579	15	(10.241)
Ferramentas	(52)	(2)	12	-	(42)
Instalações	(13.468)	(3.110)	-	(127)	(16.705)
Pátios e estacionamentos	(6.434)	(2.220)	-	-	(8.654)
Poços artesianos	(1.173)	(180)	-	(10)	(1.363)
Equipamentos contra incêndios	(850)	(593)	-	21	(1.422)
Instalações hidráulicas	(509)	-	-	-	(509)
	<u>(614.262)</u>	<u>(118.413)</u>	<u>6.707</u>	<u>-</u>	<u>(725.968)</u>

d. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo realizou avaliação quanto a existência de indicadores de que seu ativo imobilizado poderia estar registrado por valor acima do seu valor recuperável.

Em 2020 e 2019, com base nesta avaliação realizada pela Administração, não foi identificada necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em questão.

e. Revisão das vidas úteis

Ao final do exercício de 2020 e 2019, o Grupo revisou a estimativa das vidas úteis dos ativos e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

f. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa, conforme descrito na nota explicativa 20 (e).

17 Intangível

Controladora						
	2020			2019		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	195	(193)	2	195	(192)	3
Software	44.079	(24.473)	19.606	38.725	(17.912)	20.813
Fundo de comércio	510	(489)	21	510	(440)	70
Carteira de clientes	170	(170)	-	170	-	170
	<u>44.954</u>	<u>(25.325)</u>	<u>19.629</u>	<u>39.600</u>	<u>(18.544)</u>	<u>21.056</u>
Vida útil indefinida						
Habilitações	17.733	-	17.733	17.733	-	17.733
	<u>17.733</u>	<u>-</u>	<u>17.733</u>	<u>17.733</u>	<u>-</u>	<u>17.733</u>
	<u>62.687</u>	<u>(25.325)</u>	<u>37.362</u>	<u>57.333</u>	<u>(18.544)</u>	<u>38.789</u>
Consolidado						
	2020			2019		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	214	(211)	3	214	(209)	5
Software	44.135	(24.492)	19.643	38.748	(17.916)	20.832
Fundo de comércio	510	(489)	21	510	(440)	70
Carteira de clientes	170	(170)	-	170	-	170
	<u>45.029</u>	<u>(25.362)</u>	<u>19.667</u>	<u>39.642</u>	<u>(18.565)</u>	<u>21.077</u>
Vida útil indefinida						
Ágio (a)	56.455	-	56.455	56.455	-	56.455
Habilitações	17.733	-	17.733	17.733	-	17.733
	<u>74.188</u>	<u>-</u>	<u>74.188</u>	<u>74.188</u>	<u>-</u>	<u>74.188</u>
	<u>119.217</u>	<u>(25.362)</u>	<u>93.855</u>	<u>113.830</u>	<u>(18.565)</u>	<u>95.265</u>

(a) Ágio proveniente da aquisição da unidade industrial de aves da Kaefer, conforme nota explicativa 2.1.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes. Este ágio não está sendo amortizado fiscalmente.

A Cooperativa avaliou, em 31 de dezembro de 2020, através dos fluxos de caixa descontados projetados para os próximos anos, se há evidência de que os ativos estejam desvalorizados. O montante é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Com base nesta análise não foram encontrados indicadores de não recuperação dos ativos intangíveis.

O cálculo foi realizado através da aplicação da taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capitais (Weighted Average Cost of Capital - WACC). Esta taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Cooperativa para financiar suas atividades.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso são as que seguem:

	Carteira de clientes	Habilitações
EBIT - (i)	6,1%	9,4%
Imposto de renda (ii)	34%	34%
Taxa de desconto - WACC - % (iii)	9,52%	9,52%

- (i) Margem EBIT.
(ii) Alíquota de 34%, considerando a cobrança de IRPJ e CSLL, com base na legislação tributária vigente na data-base.
(iii) Os fluxos de caixa após impostos e ajustes, foram trazidos a valor presente pela taxa de desconto corresponde ao WACC da unidade.

18 Débito de associados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Estoque a fixar (i)	439.626	150.798	445.350	150.798
Provisão para fixação (ii)	36.546	314.933	36.546	314.933
Contas a pagar	92.072	53.636	92.072	53.636
Adiantamento de associados	157.190	76.096	157.190	76.096
Outros valores a pagar	7.730	990	8.288	1.011
	<u>733.164</u>	<u>596.453</u>	<u>739.446</u>	<u>596.474</u>

- (i) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar que foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de ativo, mensurados ao valor justo, conforme descrito na nota explicativa 13.
- (ii) A conta provisão para fixação refere-se à obrigação da Cooperativa relativa aos produtos agrícolas entregues pelos produtores rurais, que foram comercializados ou consumidos em processo de industrialização, e que ainda não tiveram preço de negociação definido ou fixado. Essa obrigação está valorizada ao preço de mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras e a Cooperativa monitora sua exposição pela variação dos preços de *commodities*, firmando contratos de compra e venda com preços definidos junto a produtores e fornecedores de grãos.

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores nacionais	548.315	211.036	687.395	351.920
Bonificações a pagar	6.379	5.207	6.379	5.207
Convênios a pagar	1.916	1.035	1.916	1.035
Royalties	1.862	1.297	1.862	1.297
Outros	6.356	2.646	6.356	2.646
	<u>564.828</u>	<u>221.221</u>	<u>703.908</u>	<u>362.105</u>
Circulante	556.864	221.221	695.944	362.105
Não circulante	7.964	-	7.964	-

20 Empréstimos e financiamentos

a. Abertura por modalidade

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Securitização	3%	120	141	120	141
Comercialização	2,9% - 7,59%	896.849	674.909	896.849	674.909
Capital de giro	2,28% - 8,55%	1.352.177	799.712	1.721.307	1.020.075
Cotas-parte	6,50% - 8,50%	9.092	18.396	9.092	18.396
Investimentos	2,5% - 9,5%	789.446	770.304	844.861	782.408
Contratos de câmbio	VC + 2,54% / VC + 4,54%	853.448	295.240	853.447	295.240
		<u>3.901.132</u>	<u>2.558.702</u>	<u>4.325.676</u>	<u>2.791.169</u>
Circulante		2.181.583	1.534.531	2.507.981	1.694.325
Não circulante		1.719.549	1.024.171	1.817.695	1.096.844

b. Movimentação dos empréstimos

Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2019	2020				Saldo em 31 de dezembro de 2020
		Captações	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	
Securitização	141	-	(21)	1	(1)	120
Comercialização	674.909	913.936	(691.630)	39.407	(39.773)	896.849
Capital de giro	799.712	1.219.097	(657.018)	49.531	(59.145)	1.352.177
Cotas-parte	18.396	-	(9.091)	1.254	(1.467)	9.092
Investimentos	770.304	104.836	(84.856)	49.241	(50.079)	789.446
Contratos de câmbio	295.240	1.192.918	(644.869)	37.481	(27.322)	853.448
	<u>2.558.702</u>	<u>3.430.787</u>	<u>(2.087.485)</u>	<u>176.915</u>	<u>(177.787)</u>	<u>3.901.132</u>

Controladora	Saldo em 1º de janeiro de 2018	2019				Saldo em 31 de dezembro de 2019
		Captações	Pagamento de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	
Securitização	162	-	(21)	1	(1)	141
Comercialização	655.390	633.714	(605.616)	31.455	(40.034)	674.909
Capital de giro	588.696	603.500	(407.045)	58.271	(43.710)	799.712
Cotas-parte	27.594	-	(8.989)	1.985	(2.194)	18.396
Investimentos	804.060	31.245	(72.271)	55.231	(47.961)	770.304
Contratos de câmbio	472.238	162.725	(338.804)	16.765	(17.684)	295.240
Prodecop/Procap	11.465	-	(10.933)	212	(744)	-
	<u>2.559.605</u>	<u>1.431.184</u>	<u>(1.443.679)</u>	<u>163.920</u>	<u>(152.328)</u>	<u>2.558.702</u>

c. Abertura por vencimento

Em 31 de dezembro, as parcelas relativas ao passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2021	-	388.945	-	435.655
2022	874.278	174.328	938.271	174.328
2023	409.353	95.437	426.675	113.381
2024	89.377	75.141	99.377	83.160
Após 2024	346.541	290.320	353.372	290.320
	<u>1.719.549</u>	<u>1.024.171</u>	<u>1.817.695</u>	<u>1.096.844</u>

d. Compromissos (“covenants”)

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possui contratos com cláusula contratual restritiva (*covenants*), conforme segue:

Agente financeiro	Modalidade	Emissão	Valor captado (em milhares Reais / em milhares USD)	Vencimento	Covenants
Banco do Brasil S.A.	Investimento	18/12/2018	BRL 150.000	15/01/2029	(a) e (c)
Banco do Brasil S.A.	Investimento	30/04/2020	BRL 107.400	30/04/2021	(a) e (c)
Caixa Econômica Federal	Capital de Giro	30/07/2020	BRL 7.000	30/04/2021	(a), (c), (d) e (e)
Banco Bladex	Câmbio	04/02/2020	USD 5.000	29/01/2021	(a), (d) e (e)
Banco Bladex	Câmbio	04/02/2020	USD 10.000	19/01/2023	(a), (d) e (e)
Banco Santander	Câmbio	09/07/2020	USD 17.500	30/06/2022	(g)
Banco BTG	Capital de Giro	29/12/2020	BRL 150.000	29/06/2023	(b), (c), (d) e (e)
ICBC do Brasil Banco Múltiplo	Capital de Giro	22/02/2018	BRL 40.000	22/02/2021	(a), (e) e (h)
Banco Rabobank International	Câmbio	25/03/2020	USD 15.000	27/03/2023	(b), (e) e (f)

- Índice de liquidez corrente: igual ou superior a 1,00
- Índice de liquidez corrente: igual ou superior a 1,10
- Índice de capitalização: igual ou superior a 0,20
- Índice dívida líquida / patrimônio: igual ou inferior a 2,0
- Índice EBITDA / despesas líquidas: igual ou superior a 2,0
- Solvência: igual ou maior a 25%
- Recuperação de nascentes: igual ou superior a 15 em cada medição
- Índice dívida líquida / patrimônio: igual ou inferior a 4,0

O não cumprimento desses índices financeiros implicará em considerar os empréstimos antecipadamente vencidos.

e. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa Lar, avais e penhor de produtos e insumos, conforme descrito abaixo:

	Saldo devedor 2020	Aval da diretoria	Hipoteca e penhor de imóveis	Penhor de produtos e insumos
Capital de giro	1.352.177	1.352.177	-	343.041
Securitização	120	120	-	-
Investimentos	789.446	789.446	1.315.733	20.000
Comercialização	896.849	896.849	-	186.859
Accs/Pré-Pagto./Exp	853.448	853.445	-	136.510
Cotas Parte Coop. Centrais	9.092	9.092	-	7.488
	<u>3.901.132</u>	<u>3.901.129</u>	<u>1.315.733</u>	<u>693.898</u>

21 Obrigações sociais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
INSS	12.657	8.611	12.669	8.757
FGTS	2.822	2.914	2.823	2.915
IRRF	2.587	1.748	2.587	1.749
FUNRURAL	1.839	1.063	1.839	1.063
PIS e COFINS	640	478	654	484
IRPJ	10.404	-	10.404	2.428
ICMS	3.917	13.609	3.917	13.609
Outros	6.937	775	7.676	1.189
	<u>41.803</u>	<u>29.198</u>	<u>42.569</u>	<u>32.194</u>

22 Obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e ordenados	27.750	18.764	27.755	18.204
Provisão para férias	48.867	37.775	48.882	37.794
Programa de participação nos resultados	25.469	19.803	26.046	20.719
Outros	56	46	758	951
	<u>102.142</u>	<u>76.388</u>	<u>103.441</u>	<u>77.668</u>

23 Outros débitos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adiantamento de clientes	214.534	195.694	215.384	195.694
Provisões diversas	26.526	23.094	26.526	23.094
Outros	23.315	24.062	23.316	24.061
	<u>264.375</u>	<u>242.850</u>	<u>265.226</u>	<u>242.849</u>
Circulante	238.660	130.182	239.511	130.180
Não circulante	25.715	112.669	25.715	112.669

24 Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, foram realizados conforme os termos e as condições acordados entre as partes, os quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros, não relacionados à Cooperativa, e estão apresentados a seguir.

(i) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos conselhos de Administração e Diretoria para um mandato de 04 (quatro) anos, e o Conselho Fiscal para um mandato de 01 (um) ano designados mediante aprovação dos sócios da Cooperativa, na Assembleia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.423 (R\$ 2.298 em 2019). A Cooperativa não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Outras transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Controladora			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes	143.294	106.132	1.382.842	1.012.725
Lar Transportes Ltda.	1.448	30	51	203
Lar S.R.L (Lar Paraguay)	-	-	197	632
Lar Trading Corporation	92.096	56.479	1.382.594	1.011.890
Outros (i)	49.750	49.623	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(35.243)	(13.966)	(301.529)	(153.230)
Lar Transportes Ltda.	(143)	(98)	(4.025)	(6.339)
Lar S.R.L. (Lar Paraguay)	(35.089)	(7.576)	(297.504)	(146.891)
Outros (i)	(11)	(6.292)	-	-

- (i) Refere-se à transações realizadas com membros da administração na qualidade de associados da Cooperativa. Estas transações são realizadas de acordo com termos e condições usuais de mercado praticados entre a Cooperativa e seus associados.

25 Provisões para contingências

O Grupo é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera judicial quanto administrativa. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pelo Grupo, amparado pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Abaixo estão apresentados os passivos contingentes de riscos considerados prováveis:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhista	12.686	4.127	12.686	4.127
Tributária (ii)	319.523	198.216	319.523	198.216
Cível	1.469	2.730	1.469	2.730
Outras (i)	2.891	3.118	2.891	3.118
Depósitos judiciais (ii)	(192.173)	(145.672)	(192.173)	(145.672)
	<u>144.396</u>	<u>62.519</u>	<u>144.396</u>	<u>62.519</u>

- (i) Como parte do processo de aquisição da unidade industrial de aves da Kaefer, a Cooperativa reconheceu um passivo contingente de R\$ 12.000 retido pela Cooperativa para eventual pagamento de obrigações relativas a contingências (*Escrow*). O saldo remanescente da provisão em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.704 (R\$ 3.237 em 2019).
- (ii) Composto substancialmente por montantes referentes ao processo no qual a Cooperativa discute a constitucionalidade da contribuição previdenciária rural incidente sobre a comercialização da produção de seus cooperados.

Existem outros processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante total de R\$ 74.674 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 109.204 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

26 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social foram calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A aplicação de tais alíquotas leva em consideração o regime tributário de lucro real da Cooperativa. A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	783.320	239.924	785.323	242.336
Adições permanentes				
(+) Outras despesas indedutíveis	1.029	211	1.029	211
Exclusões permanentes				
(-) Outras exclusões	(3.689)	(1.423)	(3.689)	(1.424)
(-) Equivalência patrimonial	(3.107)	-	(3.107)	-
(-) Subvenções governamentais	(18.365)	-	(18.365)	-
(-) Resultado com associados	(566.630)	(211.775)	(566.630)	(211.775)
(=) Base de cálculo	192.558	26.937	194.561	29.348
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	46.214	6.465	46.695	7.044
Base para IRPJ adicional	192.318	26.697	194.321	29.108
Adicional IRPJ (10%)	19.232	2.669	19.432	2.911
Outros (ajuste base de empresas no exterior)	-	-	1.322	1.591
Total do IRPJ e CSLL	65.446	9.134	67.449	11.546
Impostos correntes	43.979	10.792	45.982	13.204
Impostos diferidos	21.467	(1.658)	21.467	(1.658)
	65.446	9.134	67.449	11.546
Taxa efetiva	8,35%	3,81%	8,59%	4,76%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre bases de cálculo desses tributos sobre os ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, com base na identificação da operação realizada com não associados, ou quando não é possível, com base na proporção das operações realizadas com não associados.

Sobre o resultados das operações realizadas com associados não incide Imposto de Renda e também são isentas de Contribuição Social.

Para as operações com não associados incidem as alíquotas de 15% para Imposto de Renda, 10% para o adicional e 9% para Contribuição Social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos quando provável que o lucro futuro tributável das operações com não associados ou das controladas estejam disponíveis para serem utilizados na compensação de prejuízos fiscais, base de cálculo negativa da Contribuição Social e das diferenças temporárias, com base na expectativa de resultados futuros preparada pela administração da Cooperativa, as quais podem sofrer alterações.

O valor contábil dos tributos diferidos é revisado periodicamente enquanto as projeções são revisadas anualmente, e caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

a. Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Perda esperada do contas a receber	2.279	2.071	2.279	2.071
Provisão para contingências	51.696	27.851	51.696	27.851
Depósitos judiciais de tributos	1.996	1.700	1.996	1.700
Ajuste valor justo produto a fixar	17.363	10.973	17.363	10.973
Base de cálculo (i)	73.334	42.595	73.334	42.595
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferido ativo	24.934	14.482	24.934	14.482

(i) A base de cálculo para fins de impostos diferidos está apresentada líquida da parcela cuja despesa efetiva, quando incorrida no futuro, seria alocada ao ato cooperado e, portanto, não sofreria a incidência de imposto de renda e contribuição social.

b. Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Operações com derivativos e <i>hedge</i>	2.673	3.491	2.673	3.491
Operações com marcação ao mercado - MTM	128.924	34.228	128.924	34.228
Base de cálculo (i)	131.597	37.719	131.597	37.719
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferido passivo	44.743	12.824	44.743	12.824
Saldo líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos	(19.809)	1.658	(19.809)	1.658

(i) A base de cálculo para fins de impostos diferidos está apresentada líquida da parcela cuja despesa efetiva, quando incorrida no futuro, seria alocada ao ato cooperado e, portanto, não sofreria a incidência de imposto de renda e contribuição social.

27 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>	
	2020	2019
Total do capital integralizado	346.450	262.850
Número de quotas-parte	346.449.713	262.849.525
Valor unitário das quotas	1,00	1,00
Número de associados	11.762	11.055

De acordo com o art. 14 do Estatuto Social da Cooperativa, a integralização das quotas capitais se dará na admissão do associado, subscrevendo o mínimo de quotas parte conforme proporção:

Imóvel com área explorada de 20 ha.....	100 quotas
De 21 ha a 80 ha.....	200 quotas
De 81 ha a 160 ha.....	300 quotas
De 161 ha a 320 ha.....	500 quotas
Com mais de 321 ha.....	700 quotas

Na admissão de filhos e cônjuges de associados haverá a redução de 30 por cento na subscrição do capital.

No ano de 2020 foram subscritos no capital social um montante de R\$ 251 (R\$ 150 em 2019).

O associado com 20 anos de vínculo com a Cooperativa e tiver idade de 60 anos (mulher) e 65 anos (homem), ou ainda estar associado à Cooperativa por 40 anos será considerado associado jubilado, conforme § 4º do art. 15 do Estatuto Social, podendo este retirar o saldo de suas quotas em uma única parcela após a Assembleia Geral Ordinária do período findo, garantido esse a manutenção do vínculo social com a Cooperativa, mantendo uma quota capital mínima de R\$ 100,00.

A restituição de capital ao associado desligado será feita em 5 parcelas, sendo a primeira no ano calendário imediatamente posterior ao ano do desligamento.

No caso de doença grave comprovado via laudo médico, o Conselho de Administração pode autorizar a devolução do capital em uma única parcela e, em caso de desligamento por morte as quotas podem ser devolvidas em uma única parcela após a AGO, desde que autorizadas pelo Conselho de Administração.

As devoluções de capital no ano de 2020 representaram um montante de R\$ 10.347 (R\$ 6.754 em 2019).

Durante o ano de 2017, a Lar Cooperativa Agroindustrial obteve um financiamento Procap-agro para fins de aumento de capital no montante de R\$ 40.832, e alguns associados foram avalistas dessa operação. Naquele ano, os associados avalistas tiveram seu capital aumentado na Cooperativa, tendo o prazo de 05 (cinco) anos para liquidação, ou com sobras ou com integralização em espécie. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram retidas as sobras à serem distribuídas à esses associados no montante de R\$ 8.078 (R\$ 8.230 em 2019).

b. Reservas e destinações

De acordo com o Estatuto Social as destinações dos resultados serão feitos de acordo com sua natureza:

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES – é formado por:

- (i) 5% das sobras apuradas no exercício;
- (ii) Os resultados de operações com terceiros;
- (iii) Os resultados positivos decorrente de participação em sociedades não cooperativas;

- (iv) Os créditos de terceiros, não reclamados no período de um ano;
- (v) Outros resultados positivos eventuais.

As outras destinações são:

- (i) 45% das sobras apuradas no exercício serão levadas ao Fundo de Reserva Legal;
- (ii) 30% aumento da conta capital social dos associados, sendo proporcional à suas operações;
- (iii) 20% ficarão à disposição da Assembleia Geral Ordinária.

As destinações legais em 31 de dezembro de 2020 se deram da seguinte forma:

	2020		
	Associados	Terceiros	Total
Saldo antes das destinações	570.316	147.558	717.874
Subvenções governamentais	(101.463)	(18.366)	(119.829)
Resultado com equivalência patrimonial	(9.566)	(3.107)	(12.673)
Reserva especial	(120.040)	(85.472)	(205.512)
FATES - resultado com terceiros	-	(40.613)	(40.613)
Fundo de reserva legal	(152.661)	-	(152.661)
FATES	(16.962)	-	(16.962)
Aumento de capital	(101.774)	-	(101.774)
Sobras a disposição da AGO	<u>67.850</u>	<u>-</u>	<u>67.850</u>

As sobras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 42.355, foram liquidadas durante o ano de 2020. As destinações legais em 31 de dezembro de 2019 se deram da seguinte forma:

	2019		
	Associados	Terceiros	Total
Saldo antes das destinações	211.775	19.015	230.790
FATES - resultado com terceiros	-	(19.015)	(19.015)
Fundo de reserva legal	(95.299)	-	(95.299)
FATES	(10.589)	-	(10.589)
Aumento de capital	(63.532)	-	(63.532)
Sobras a disposição da AGO	<u>42.355</u>	<u>-</u>	<u>42.355</u>

c. Reservas de capital

	Controladora	
	2020	2019
Lei Brandão (i)	476.498	379.698
Paraná Competitivo (ii)	46.221	34.211
Termo de acordo 1.265/2020 – MS (iii)	10.893	-
Investimento Prefeitura Matelândia (iv)	5.700	5.700
	<u>539.312</u>	<u>419.609</u>

- (i) A Lei Brandão nº 13.212/2001 refere-se à reserva de incentivo que equipara as condições tributárias das indústrias de carnes instaladas no Paraná com os demais Estados do país.
- (ii) Refere-se ao programa Paraná Competitivo criado pelo Governo do Estado do Paraná através do Decreto n.º 6.434/2017, que autoriza o diferimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de fornecimento de energia elétrica.

- (iii) Refere-se a concessão de benefício fiscal de ICMS do Mato Grosso do Sul concedido para a implantação da Unidade Industrial de Soja na cidade de Caarapó, pelo termo de acordo 1.265/2020.
- (iv) Refere-se a doação de terreno pela prefeitura de Matelândia, localizada no Estado do Paraná, para a construção e implantação da Unidade Industrial de Abate de Aves.

d. Reserva especial

Em 23 de novembro de 2020, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a constituição da reserva especial, amparada pela Lei 5.764/71, artigo 28, inciso II, parágrafo 1º, com o objetivo de manter o fortalecimento, crescimento e desenvolvimento da Cooperativa, sendo os valores mensurados a cada exercício, levando em consideração a realização dos valores de marcação à mercado dos instrumentos financeiros derivativos, atualizações cambiais a realizar e a necessidade de retenção de resultados para futuros investimentos.

Também, a reserva especial é composta pelo reconhecimento da correção monetária de ativos permanentes nos balanços das sociedades tributadas pelo Lucro Real, amparada pela Lei 8200/91.

Os saldos que compõe a reserva especial estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Reserva Especial - Lei 5.764/71	205.512	-
Reserva Especial - Lei 8200/91		
Terrenos	1.284	1.283
Prédios e Benfeitorias	(7)	(7)
	<u>206.789</u>	<u>1.276</u>

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Os saldos decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Terrenos	46.002	46.002
Prédios e benfeitorias	47.205	50.727
	<u>93.207</u>	<u>96.729</u>

f. Hedge accounting

Compreende a parcela efetiva da variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa, até que seja reconhecido no resultado ou diretamente incluído no custo inicial ou outro valor contábil de um ativo ou passivo não financeiro.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em razão de alterações na estratégia comercial da Cooperativa, os instrumentos até então designados como *hedge accounting* foram revogados, sendo que todos os ganhos / perdas com instrumentos financeiros derivativos passaram a ser reconhecidos diretamente no resultado.

28 Ingressos e receita operacional líquida

			Controladora		Consolidado	
	Associados	Não associados	2020	2019	2020	2019
Vendas mercado interno	5.166.336	1.698.142	6.864.478	4.381.512	7.372.093	5.048.659
Vendas mercado externo	2.975.490	941.870	3.917.360	2.568.182	4.181.863	2.568.182

Receita com frete	-	-	-	-	171	10.978
Ingressos e receita bruta	8.141.826	2.640.012	10.781.838	6.949.694	11.554.127	7.627.819
(-) Impostos sobre vendas	(69.162)	(53.537)	(122.699)	(147.849)	(128.314)	(151.933)
(-) Devoluções e abatimentos	(100.487)	(28.472)	(128.959)	(106.027)	(144.719)	(112.950)
Total ingressos e receita líquida	7.972.177	2.558.003	10.530.180	6.695.818	11.281.094	7.362.936

29 Dispendios e custo das vendas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Matéria-prima	5.640.349	3.248.950	5.640.349	3.248.950
Custo dos produtos revendidos	1.702.311	1.338.363	1.882.352	1.488.862
Mão-de-obra	438.184	342.222	438.184	342.222
Depreciação e amortização	139.716	115.013	139.716	115.013
Manutenção do imobilizado	100.826	80.980	100.826	80.980
Energia elétrica	78.289	65.260	78.289	65.260
Material de uso e consumo	83.526	179.221	83.526	179.221
Fretes	17.329	21.250	8.389	21.250
Análise e classificação	41.571	20.416	41.571	20.416
Prestação de serviços terceirizados	19.106	13.303	19.106	13.303
Aluguéis	19.266	8.024	19.266	8.024
Acordos advocatícios	3.447	7.947	3.447	7.947
Impostos e taxas	4.306	4.009	4.306	4.009
Resultado com derivativos	(205.512)	(98.615)	(205.512)	(98.615)
Outros custos	41.664	48.878	490.178	475.754
	8.124.378	5.395.221	8.743.993	5.972.596

30 Dispendios e despesas com vendas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fretes	420.937	314.579	490.723	354.335
Impostos e taxas de exportação	47.804	33.638	51.536	35.451
Comissões e bonificações	34.232	29.848	43.969	35.127
Perda com títulos incobráveis	1.463	17.542	1.861	17.875
Representantes e promotores	11.158	15.259	11.158	15.259
Fundersul	31.239	16.879	31.239	16.879
Acordos comerciais	14.829	13.021	14.829	13.021
Estádias	2.761	3.886	2.761	3.886
Armazenagem	3.899	3.362	3.899	3.362
Outros	14.359	12.298	14.615	12.762
	582.681	460.312	666.590	507.957

31 Dispendios e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Impostos e taxas	91.133	82.603	91.402	82.845
Depreciação e amortização	60.007	54.089	67.206	60.611
Manutenção do imobilizado	41.437	37.980	44.640	42.160
Prestação de serviços	45.322	19.287	51.050	23.837
Energia elétrica	18.340	20.114	19.622	21.027
Participação nos resultados	25.451	19.803	26.857	20.648
Material de uso e consumo	14.204	13.189	15.718	14.006
Outros	33.147	24.436	54.458	42.982
	329.041	271.501	370.953	308.116

32 Dispêndios e despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e ordenados	86.723	73.229	99.857	82.744
INSS	24.490	21.928	26.096	23.055
FGTS	8.186	7.593	8.191	7.600
PIS	892	790	892	790
Férias	9.782	8.811	9.788	8.823
13º salário	7.446	6.640	8.793	7.605
	<u>137.519</u>	<u>118.991</u>	<u>153.617</u>	<u>130.617</u>

33 Dispêndios e despesas tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Deságio ICMS (i)	11.103	77.846	11.103	77.846
IOF	1.370	2.464	1.371	2.464
Funrural - associados	406	147	406	147
ISS	104	74	116	82
Multas	763	18	763	18
	<u>13.746</u>	<u>80.549</u>	<u>13.759</u>	<u>80.557</u>

(i) Refere-se a despesas com provisão para deságio sobre a parcela dos saldos de ICMS a recuperar cuja expectativa de compensação com impostos a pagar futuros é remota. Nestes casos o Grupo constitui provisão para perdas na realização com base no percentual de deságio esperado na venda de tais créditos.

34 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Juros de empréstimos cedidos	16.402	19.651	41.447	36.235
Descontos recebidos	2.274	2.183	6.254	5.722
Rendimento de aplicações	8.312	16.049	8.914	16.049
Variação cambial ativa	198.723	43.719	219.701	60.236
	<u>225.711</u>	<u>81.602</u>	<u>276.316</u>	<u>118.242</u>
Juros sobre financiamentos	(181.538)	(181.477)	(202.987)	(194.670)
Descontos concedidos	(28.766)	(17.707)	(30.329)	(19.520)
Perda em investimento	-	(12.180)	-	(12.180)
Variação cambial passiva	(204.111)	(43.041)	(213.387)	(44.863)
Outros	-	(962)	(615)	(1.385)
	<u>(414.415)</u>	<u>(255.367)</u>	<u>(447.318)</u>	<u>(272.618)</u>

35 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos:

Visão geral

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos: de crédito, de liquidez e de mercado resultantes de instrumentos financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cooperativa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Cooperativa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do patrimônio da Cooperativa.

b. Estrutura de gerenciamento dos riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Cooperativa pretende cobrir (por exemplo: câmbio, taxa de juros e preço das *commodities*).

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Cooperativa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Cooperativa. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa.

A Cooperativa segue o gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Nos termos dessa gestão, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas. Nas condições de sua gestão de riscos, a Cooperativa administra alguns dos riscos através da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e vendas a descoberto.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir. Não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Em 31 de dezembro 2020	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	582.624	-	582.624	603.867	-	603.867
Aplicações financeiras	28.813	-	28.813	28.813	-	28.813
Contas a receber	1.625.731	-	1.625.731	2.075.138	-	2.075.138
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.388.787	1.388.787	-	1.388.787	1.388.787
Outros créditos a receber	37.664	-	37.664	38.928	-	38.928
	<u>2.274.832</u>	<u>1.388.787</u>	<u>3.663.619</u>	<u>2.746.746</u>	<u>1.388.787</u>	<u>4.135.533</u>
Passivos financeiros						
Débito de associados	733.164	-	733.164	739.446	-	739.446
Fornecedores	564.828	-	564.828	703.908	-	703.908
Financiamentos	3.901.132	-	3.901.132	4.325.676	-	4.325.676
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.182.277	1.182.277	-	1.182.277	1.182.277
	<u>5.199.124</u>	<u>1.182.277</u>	<u>6.381.401</u>	<u>5.769.030</u>	<u>1.182.277</u>	<u>6.951.307</u>

Em 31 de dezembro 2019	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	325.743	-	325.743	336.872	-	336.872
Aplicações financeiras	17.685	-	17.685	17.685	-	17.685
Contas a receber	1.215.161	-	1.215.161	1.500.604	-	1.500.604
Instrumentos financeiros derivativos	-	206.393	206.393	-	206.393	206.393
Outros créditos a receber	5.549	-	5.549	7.931	-	7.931
	<u>1.564.138</u>	<u>206.393</u>	<u>1.770.531</u>	<u>1.863.092</u>	<u>206.393</u>	<u>2.069.485</u>
Passivos financeiros						
Débito de associados	596.453	-	596.453	596.474	-	596.474
Fornecedores	221.221	-	221.221	362.105	-	362.105
Financiamentos	2.558.702	-	2.558.702	2.791.169	-	2.791.169
Instrumentos financeiros derivativos	-	80.078	80.078	-	80.078	80.078
	<u>3.376.376</u>	<u>80.078</u>	<u>3.456.454</u>	<u>3.749.748</u>	<u>80.078</u>	<u>3.829.826</u>

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos, descritos a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Cooperativa incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição da Cooperativa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Cooperativa considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A Cooperativa estabeleceu uma política de crédito, na qual novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes da Cooperativa apresentar sua proposta de limite de crédito e os termos de pagamento. A revisão efetuada pela Cooperativa inclui ratings externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Para mitigar esses riscos, a Cooperativa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, e representam o montante máximo de exposição. Os limites são revistos periodicamente. Clientes que não atenderem às condições de crédito estabelecidas pela Cooperativa, somente são atendidos na medida em que realizarem a antecipação do pagamento.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são analisados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são industriais, atacadistas, revendedores ou clientes finais, a área geográfica, o ramo de atividade e a existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes que são considerados como "risco alto" são monitorados, e vendas são realizadas somente com pagamento antecipado.

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas "contas a receber".

A política de crédito da Cooperativa com o associado considera o nível de risco que está disposta a se sujeitar nas relações negociais próprias, utilizando de premissas e diretrizes na análise de concessão do crédito. O processo leva em conta os antecedentes, a capacidade, o comprometimento do patrimônio, o oferecimento de

garantias reais e o grau de exposição ao risco. A gestão de crédito considera o grau de endividamento do associado, mitigando dessa forma o risco de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Cooperativa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e de baixo risco avaliadas por agências de rating e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros na data da demonstração financeira, sendo os valores brutos e não-descontados, incluindo pagamentos de juros contratuais e excluindo o impacto dos acordos de compensação, era:

Controladora					
Prazos	Grãos	Insumos	Financiamento ao associado	Alimentos	Total
Vencidos					
00-30 dias	7.778	-	1.179	2.882	11.839
31-60 dias	703	2	195	706	1.606
61-90 dias	39	-	38	-	77
91-120 dias	503	-	704	204	1.411
Acima de 120 dias	2.155	-	14.105	715	16.975
	<u>11.178</u>	<u>2</u>	<u>16.221</u>	<u>4.507</u>	<u>31.908</u>
A vencer					
00-30 dias	181.962	673	26.290	256.621	465.546
31-60 dias	47.758	435	7.237	118.484	173.914
61-90 dias	293	1.286	16.300	128.157	146.036
91-120 dias	2.872	12.972	671.445	415	687.704
Acima de 120 dias	-	21.429	115.372	5.707	142.508
	<u>232.885</u>	<u>36.795</u>	<u>836.644</u>	<u>509.384</u>	<u>1.615.708</u>
	<u>244.063</u>	<u>36.797</u>	<u>852.865</u>	<u>513.891</u>	<u>1.647.616</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Cooperativa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira de gestão de fluxo de caixa.

Tipicamente, a Cooperativa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com dispêndios e despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

O vencimento das contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras, segregados pelas diversas modalidades geradoras do crédito, era:

	2020				
	Valor contábil	Até 12 meses	2022	2023	2024 a 2033
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	582.624	582.624	-	-	-
Aplicações financeiras	28.813	21.313	2.500	-	5.000
Contas a receber de clientes	1.625.731	1.523.691	100.455	1.501	84
Outras contas a receber	37.664	37.630	34	-	-
Adiantamentos de fornecedores	300.051	300.051	-	-	-
Estoques	1.977.862	1.977.862	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.388.787	1.388.787	-	-	-
	<u>5.941.532</u>	<u>5.831.958</u>	<u>102.989</u>	<u>1.501</u>	<u>5.084</u>
Passivos					
Fornecedores	564.828	556.864	7.964	-	-
Débitos com associados	733.164	733.164	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.901.132	2.181.580	874.279	409.353	435.920
Instrumentos financeiros derivativos	1.182.277	1.182.277	-	-	-
Adiantamentos de clientes	214.534	199.686	14.848	-	-
Outras contas a pagar	49.841	38.973	10.868	-	-
	<u>6.645.776</u>	<u>4.892.544</u>	<u>907.959</u>	<u>409.353</u>	<u>435.920</u>
2019					
	Valor contábil	Até 12 meses	2021	2022	2023 a 2031
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	325.743	325.743	-	-	-
Aplicações financeiras	17.685	14.883	2.802	-	-
Contas a receber de clientes	1.215.161	1.125.497	89.664	-	-
Outras contas a receber	5.549	5.516	33	-	-
Adiantamentos de fornecedores	186.568	186.568	-	-	-
Estoques	1.137.135	1.137.135	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	206.393	206.393	-	-	-
	<u>3.094.234</u>	<u>3.001.735</u>	<u>92.499</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos					
Fornecedores	221.221	221.221	-	-	-
Débitos com associados	596.453	596.453	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.558.702	1.534.531	388.946	174.328	460.897
Instrumentos financeiros derivativos	80.078	80.078	-	-	-
Adiantamentos de clientes	195.694	100.685	95009	-	-
Outras contas a pagar	47.157	29.497	17.660	-	-
	<u>3.699.305</u>	<u>2.562.465</u>	<u>501.615</u>	<u>174.328</u>	<u>460.897</u>

Risco de mercado

(i) Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como as taxas de câmbio, preços de *commodities* e taxas de juros), têm nos ganhos da Cooperativa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa opera com instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

As oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos ingressos e receitas e nos dispêndios, despesas e custos da Cooperativa. Para mitigar esses riscos, a Cooperativa monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

(ii) *Risco com taxas de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade da Cooperativa incorrer em ganhos e/ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem os dispêndios e despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cooperativa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para travar o custo financeiro das operações.

(iii) *Risco de exposição às variações cambiais*

A Cooperativa está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Cooperativa, o Real (R\$). A moeda nas quais estas transações são denominadas é principalmente o Dólar (USD).

Em geral, a Cooperativa protege (*hedge*) sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos doze meses. A Cooperativa também protege as contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominadas em moeda estrangeira, quando existentes. A Cooperativa utiliza contratos de mercado futuro para proteger seu risco de moeda, sendo a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras.

A Cooperativa tem compromissos de compras, bem como parte do ingresso e da receita de vendas de *commodities* com preços que variam de acordo com oscilações de moeda estrangeira. Em complemento a este *hedge* natural, a Cooperativa contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

(iv) *Risco de preço das commodities*

A Cooperativa possui saldos e transações indexados ao preço das *commodities*, em especial da soja, milho e trigo, expondo estes ativos e passivos às flutuações no preço das *commodities*, conforme demonstrado no quadro de sensibilidade.

A Cooperativa possui contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco. Adicionalmente, a Cooperativa monitora continuamente a sua exposição frente ao preço das *commodities* com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade desses preços.

(v) *Risco de estrutura de capital (risco financeiro)*

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Cooperativa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Cooperativa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos exclusivamente com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Administração da Cooperativa mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Cooperativa foi determinado por meio de informações disponíveis no

mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas ou ganhos não realizados é reconhecida na conta "instrumentos derivativos", no balanço patrimonial e as contrapartidas no resultado.

Os contratos futuros relacionados com moeda estrangeira são contratados com o objetivo principal de proteger vendas futuras em moeda estrangeira não apresentando, portanto, riscos que possam gerar prejuízos materiais para a Cooperativa.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior.

A Cooperativa realiza operações de instrumento financeiro Non Deliverable Forward - NDF, que se constitui em um acordo entre a Cooperativa e o banco, de compra e/ou venda de uma quantidade determinada de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e no vencimento a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa de liquidação efetiva da moeda (definida no início da operação). O principal objetivo é oferecer uma trava de taxa futura de câmbio do contas a pagar ou a receber em moeda estrangeira no futuro. A diferença entre a taxa contratada e as cotações da moeda é ajustada diariamente por desembolsos ou reembolsos de caixa, reconhecidos no resultado financeiro. Não há entrega física de moeda.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em razão de alterações na estratégia comercial da Cooperativa, os instrumentos até então designados como *hedge accounting* foram revogados, sendo que todos os ganhos / perdas com instrumentos financeiros derivativos passaram a ser reconhecidos diretamente no resultado.

(i) *Contratos a termo de Commodities*

Os valores classificados como contratos de commodities referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de commodities através de contrato junto aos associados, clientes e instituições financeiras.

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras:

2020					
	Soja	Milho	Trigo	Farelo / Óleo soja	Total
Ativo					
Compra e venda futura de commodities	872.364	251.836	56	69.458	1.193.713
Passivo					
Compra e venda futura de commodities	788.932	148.673	38	43.965	981.608
2019					
	Soja	Milho	Trigo	Farelo / Óleo soja	Total
Ativo					
Compra e venda futura de commodities	60.326	45.209	41	4.101	109.677
Passivo					
Compra e venda futura de commodities	33.759	26.316	-	6.247	66.322

A chamada de margem é uma equalização financeira exigida pelas bolsas de valores em operações que envolvem risco, com o objetivo de manter o bom funcionamento do mercado. O saldo da conta está apresentados abaixo:

Ativo	Controladora			
	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Chamadas de margem	64.126	-	3.097	-

(ii) *NDFs*

Os valores classificados como contratos a termo cambiais referem-se ao valor justo de operações de NDF (Non Deliverable Forwards) de câmbio para proteção das exposições. Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

Ativo	Controladora			
	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Operações de hedge financeiro (NDF)	49.729	-	59.114	-
Passivo				
Operações de hedge financeiro (NDF)	200.669	-	13.757	-

(iii) *Swap*

As operações de swap são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda.

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa detinha operações de swap, conforme demonstrado a seguir:

2020					
Modalidade	USD	R\$	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor justo a receber
Contratos de câmbio	153.068	701.319	VC + 0 a VC + 4,14	52,5% a 221,0 % CDI	67.934
Capital de giro	-	463.333	5,32% a.a a 8,02% a.a	137% a 320,5 % CDI	13.285
					<u>81.219</u>
2019					
Modalidade	USD	R\$	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor justo e receber
Contratos de câmbio	89.063	385.622	VC + 0 a VC + 5,0	52,5% a 152,27 % CDI	24.415
Capital de giro	-	424.090	5,60% a.a. a 9,44% a.a.	108,40% a 122,0% CDI	10.091
					<u>34.506</u>

c. Análise de sensibilidade

A Cooperativa apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de variação de preço das *commodities* a que está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2020.

Exposição ao câmbio

A Cooperativa possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2020 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I, a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II, esta taxa foi reduzida em 10%, e para o cenário III, foi aumentada em 10%.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação cambial no resultado futuro:

Posição	2020	(10%)	10%
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos - NDF cambiais	(150.940)	(135.846)	(166.034)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP cambiais	13.285	11.957	14.614
Clientes - exportação	(2.977)	(2.679)	(3.274)
Fornecedores - importação	319	287	350
Dívidas em moeda estrangeira	(79.194)	(71.275)	(87.113)
Posição líquida	(219.507)	(197.556)	(241.457)

Posição	2019	(10%)	10%
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos - NDF cambiais	45.357	40.821	49.893
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP cambiais	22.905	20.615	25.196
Clientes - exportação	(3.637)	(3.273)	(4.001)
Fornecedores - importação	912	821	1.003
Dívidas em moeda estrangeira	(49.711)	(44.740)	(54.682)
Posição líquida	15.826	14.244	17.409

Exposição à variação do preço das commodities

A Cooperativa possui saldos atrelados à cotação dos valores das *commodities* no balanço de 31 de dezembro de 2020 e para fins de análise de sensibilidade, adotou cotações vigentes em datas próximas à da divulgação das referidas demonstrações financeiras como cenário I. Para o cenário II, estas cotações foram reduzidas em 10% e, para o cenário III, foram aumentadas em 10%.

Com tais considerações, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação do preço das *commodities* no resultado futuro:

Commodities agrícolas	2020	(10%)	10%
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contratos futuros de compra e venda	212.105	190.717	233.493
Estoques próprios	231.982	255.180	208.783
	<u>444.087</u>	<u>445.897</u>	<u>442.276</u>
Commodities agrícolas	2019	(10%)	10%
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contratos futuros de compra e venda	43.355	47.691	39.020
Estoques próprios	5.282	10.963	10.385
	<u>48.637</u>	<u>58.654</u>	<u>49.405</u>

36 Transações não envolvendo caixa

Em dezembro de 2020, a Lar Cooperativa Agroindustrial realizou uma Aliança Estratégica de Intercooperação com a Cooperativa Agroindustrial Copagrill, adquirindo dessa a unidade industrial de aves e a unidade industrial de rações, conforme nota explicativa 2.1. A contraprestação transferida total foi de R\$ 400.000, sendo pago R\$ 150.000 no exercício de 2020 e, R\$ 250.000 será pago em 2021, montante o qual não impactou as demonstrações de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

37 Cobertura de seguros

A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância e os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Administração, considerando a natureza das atividades desenvolvidas pelo Grupo.

38 COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus (“COVID-19”) foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma “Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional”.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. O segmento agronegócio foi pouco impactado pela pandemia, bem como, o segmento projeta um aumento da área plantada e produção para a próxima safra, o que mitiga um cenário de redução de receitas no curto e médio prazo.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Cooperativa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras nenhuma medida relevante foi necessária.



Irineo da Costa Rodrigues
Diretor-presidente
CPF 155.545.540-91



Lauro Soethe
Diretor 1º Vice-presidente
CPF 463.318.759-72



Urbano Inacio Frey
Diretor 2º Vice-presidente
CPF 391.251.739-87

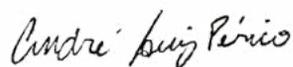


Carmen Angela Campagnaro
Contadora - CRC/PR-038639/O-0
CPF 779.212.249-20

Parecer do Conselho Fiscal

Nós, do Conselho Fiscal da LAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, no cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Sobras ou Perdas e, demais peças contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Baseados nos acompanhamentos realizados por este Conselho durante o exercício, bem como nos trabalhos da Auditoria Externa – KPMG Auditores Independentes e seu Relatório, nas ações da Auditoria Interna, nos esclarecimentos prestados pelos Diretores e Superintendência Administrativa Financeira, somos de parecer que as demonstrações contábeis condizem com a realidade patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2020. Por isso, recomendamos à Assembleia Geral a sua aprovação.

Medianeira-PR, 15 de janeiro de 2021.



André Luiz Périco



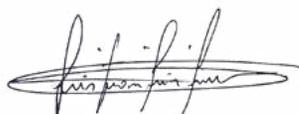
Vanessa Anderson



Isabela Albuquerque



Remi Conti



Cristian Luis Sausen



Alfonso Pedro Eidt

Gestão 2020

Diretoria Executiva (2019-2022)

Diretor-presidente

Irineo da Costa Rodrigues

Diretor 1º Vice-presidente

Lauro Soethe

Diretor 2º Vice-presidente

Urbano Inacio Frey

Conselho de Administração (2019-2022)

Adriano José Finger

Diogo Sezar de Mattia

Adriana Eliza Matte

José Carlos Colombari

Jakson Demétrio Lamin

Edio Rodrigo Welter

Conselho Fiscal (Gestão 2020)

Efetivos

André Luiz Périco

Vanessa Anderson

Isabela Albuquerque

Suplentes

Remi Conti

Cristian Luis Sausen

Alfonso Pedro Eidt

Coordenação do Quadro Social

Comitê Educativo Central

Coordenador: Jandir Vargas de Lima

Secretária: Vanessa Anderson

Comitê Feminino

Coordenadora: Simoni Tessaro Niehues

Comitê de Jovens

Coordenadora: Pietra Knorst Werlang

Gestão Administrativa 2020

Superintendentes:

Administrativo/Financeiro: Clédio Roberto Marschall

Negócios Agrícolas: Vandeir José Dick Conrad

Suprimentos e Alimentos: Jair José Meyer

Gerentes de Divisão:

Administrativa: Carmen Ângela Campagnaro

Alimentos: Giovana de Fátima Leite Rosas

Comercial de Grãos: Marcelo Sousa Goes Pires

Financeira: Marcelo Afonso Riedi

Insumos: Ramiro Marcelo Debortoli Criveletto

Operacional de Grãos: Mário Tadeo Martins Balk

Pecuária: Dirceu Zotti

Lar Paraguay: Rogério Luís Butzen

Assessorias:

Ação Educativa: Suzana M. Knapp Pieniz

Auditoria Interna: Isabel Ferrazzo

Comunicação: Camila Catafesta

Jurídica: Ignis Cardoso dos Santos

Logística: Jackson Willian da Motta

Secretaria Executiva: Janete Ester Barônio

GRÁFICA MIDIOGRAF

Diagramação: Lucas Clemente Faquin

Tiragem 500 exemplares

Distribuição gratuita | É permitido a reprodução total ou parcialmente desde que citada a fonte, endereço/site/e-mail



COOPERATIVA
AGROINDUSTRIAL

(45) 3264 8800

Av. 24 de Outubro, 59 | Área Industrial

85884-000 | Medianeira - Pr

lar@lar.ind.br

www.lar.ind.br

